



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº (Do Sr. JOSÉ PRIANTE)

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia sobre resultados de estudos e prospecções realizados pela Petrobrás para encontrar óleo e gás natural na Bacia Pará-Maranhão.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, que preste informações sobre os resultados de estudos e prospecções, feitos pela Petrobrás, que indicariam a existência de reservas comercialmente viáveis de petróleo e gás natural na Bacia Pará-Maranhão.

Considerando que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) teria incluído a Bacia Pará-Maranhão no Plano Plurianual de Estudos Geológicos e Geofísicos para a exploração de óleo e gás natural na Amazônia, requeremos que sejam solicitadas as seguintes informações e esclarecimentos:

- 1 – Quando começaram os estudos e trabalhos de prospecção para identificar reservas comerciais de óleo e gás natural na Bacia Pará-Maranhão?
- 2 – Quais as empresas, nacionais ou estrangeiras, que participam desses trabalhos?
- 3 – Quais são as áreas no Pará e no Maranhão que estão sendo pesquisadas? E quais as respectivas empresas que atuam nessas áreas?
- 4 – Qual o estágio das pesquisas e quais resultados já foram obtidos em cada área pesquisada?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 5 – Havendo indícios da existência de reservas de óleo e gás natural, qual o volume e o valor estimado de produção dessas reservas?
- 6 – Diante do volume e valor estimado, a exploração comercial dessas reservas é comercialmente viável?
- 7 – Qual é o prazo estimado para que as pesquisas sejam concluídas e os resultados sejam anunciados oficialmente?
- 8 – Diante dos resultados já obtidos, quais são os planos do Governo Federal para a Bacia Pará-Maranhão?
- 9 – Dentro desses planos, existe um cronograma de exploração dessas reservas, caso elas sejam comercialmente viáveis?
- 10 – O Brasil firmou ou vai firmar acordos com outros países, como a China, para pesquisa e exploração comercial das reservas de óleo e gás natural que vierem a ser descobertas na Bacia Pará-Maranhão?

JUSTIFICATIVA

Há mais de 50 anos, a Amazônia tem sido objeto de pesquisas para identificar a existência de reservas de óleo e gás natural comercialmente viáveis. Em 1978 foi descoberto gás em Juruá e, em 1986, petróleo em Urucu, ambos no Estado do Amazonas. No início da década de 90, novas pesquisas identificaram indícios da existência de reservas de gás e petróleo no Nordeste do Pará e na costa marítima paraense limítrofe com os Estados do Amapá e do Maranhão.

Mais recentemente, pesquisas feitas pela Petrobrás teriam revelado potencialidades comerciais em reservas descobertas na Bacia Pará-Maranhão. Os resultados promissores dessas pesquisas teriam levado a Agência Nacional de Petróleo (ANP) a incluir essa Bacia no Plano Plurianual de Estudos Geológicos e Geofísicos para a exploração de óleo e gás na Amazônia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Já em junho deste ano, a Petrobrás comunicou oficialmente à ANP que descobriu indícios de petróleo em uma das duas concessões em águas profundas que explora em associação com a chinesa Sinopec na Bacia Pará-Maranhão.

Diante desses fatos, criou-se na população, tanto do Pará quanto do Maranhão, a expectativa de que há, sim, reservas de óleo e gás na costa paraense e que essas reservas são comercialmente viáveis – se não o fossem, acredita-se a Petrobrás e companhias estrangeiras não teriam dado continuidade às prospecções.

Mas a ausência de informações oficiais, precisas e confiáveis, sobre as reais potencialidades econômicas de tais reservas, tem gerado um clima de desconfiança, insegurança, insatisfação, especulação e até de desagregação. Sem essas informações, nem os Governos dos Estados do Pará e do Maranhão, nem as Prefeituras dos municípios potencialmente produtores e muito menos a sociedade paraense e maranhense tem condições de se organizarem, de planejarem e de se准备 para os impactos sociais, econômicos e ambientais que a eventual exploração dessas supostas riquezas tende a provocar.

Se as informações oficiais revelarem que essas reservas não são comercialmente viáveis – notícia que preferimos que não se confirme –, desfaz-se a expectativa ora criada junto à sociedade. Voltaremos à nossa realidade, buscando superar, por outros meios, os problemas enfrentados sem mais contar com o sonhado “ouro negro”.

Mas, em se confirmando o potencial comercial dessas reservas, o poder público terá, a tempo, condições de se organizar e de organizar a sociedade para essa nova realidade, evitando que a descoberta de petróleo e gás repita o caos social, econômico e ambiental que marcou a exploração do ouro de Serra Pelada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As informações ora requeridas certamente vão garantir à sociedade brasileira o direito de saber se, de fato e como já se acredita, a Bacia Pará-Maranhão é a nova fronteira do desenvolvimento econômico do País e a fonte para que o Brasil conquiste a desejada auto-suficiência em petróleo e gás natural.

Diante do exposto e por considerarmos de alta relevância para o País, aguardamos as informações ora requeridas.

Sala das Sessões, em de setembro de 2011.

Deputado JOSÉ PRIANTE

PMDB–PA